

O CONCEITO DE CULTURA: DEFINIÇÃO E COMPREENSÃO A PARTIR DA TEORIA MARXISTA

Julia Malanchen – Unioeste/Foz do Iguaçu
Agência financiadora: Fundação Araucária

Introdução

Nas leituras realizadas para o desenvolvimento deste trabalho, observamos que o conceito de cultura, nos últimos tempos, tem se tornado polissêmico. É utilizado para se referir aos costumes e hábitos de um povo, às diferentes maneiras de expressão artística, a um modo da civilização ou aos saberes produzidos por um determinado grupo, criando assim diversos segmentos como, por exemplo: cultura da infância, cultura da favela, cultura do homem do campo ou cultura do indígena, do surdo, do cego, entre outros. De acordo com Eagleton (2011, p.9) a “cultura é considerada uma das duas ou três palavras mais complexas de nossa língua [...]” Mais complexa do que o termo cultura, para o autor, somente o termo “natureza”, que é o seu oposto.

Conforme explica Duarte e Martins (2012), cultura é a atividade humana acumulada, envolve a ação do ser humano e sua relação com a natureza, para produzir sua existência. Definindo etimologicamente, cultura significa: lavoura, cultivo, ou seja, é um elemento que deriva da natureza, de sua transformação pela ação humana. Mas, como apontamos anteriormente, com o advento do pensamento pós-moderno o termo cultura se pluralizou, está fragmentado e, portanto, relativizado como destaca Faustino:

o antropólogo Adam Kuper (2002) observa que só os cientistas norte-americanos criaram mais de 150 definições para o termo até a primeira metade do século XX. Com a afirmativa “a cultura está mais em voga do que nunca”, Kuper (2002) mostra que este conceito está se fazendo presente nas mais diversas partes do mundo e nos mais variados setores da sociedade. Para este autor, cultura tornou-se um termo politicamente correto podendo ser usado desde os pesquisadores de mercado em Londres, passando por um magnata japonês, pelos habitantes na Nova Guiné até um religioso radical do Teerã, como forma de falar sobre identidades coletivas (FAUSTINO, 2006, p.61).

Nessa direção, nos últimos anos, esse termo é componente das intervenções de organismos internacionais¹, está obstinadamente nos discursos de chefes de Estado, nas políticas públicas, na produção de intelectuais, na mídia e nas exigências dos movimentos sociais. Ultimamente, esse termo vem fazendo parte, com grande ênfase, de grandes projetos políticos, ou seja, do segmento que levanta a bandeira do respeito à diversidade cultural e religiosa, o não preconceito racial, a política de respeito às identidades, dentre outras manifestações sociais. Resumindo, o conceito de cultura é um desses termos que têm sido essenciais tanto para a esquerda, quanto para a direita política, o que torna sua história confusa e ambivalente e sua definição ambígua e polissêmica (EAGLETON, 2011).

Além do cenário ambíguo quando se trata de cultura, tem se tornado regra, sob a primazia ideológica do capital, compreendê-la desarticulada do processo histórico de formação do ser humano. O discurso existente destaca cada vez mais as diferenças existentes na humanidade e não as suas semelhanças. Forma-se, desse modo, uma concepção teórica que valoriza o imediato, o particular, o subjetivo, o que prejudica a compreensão das conexões e relações existentes entre o particular e o universal.

Observamos deste modo que o conceito de cultura, na contemporaneidade, é a temática de amplos debates, sobretudo na área das ciências humanas e, mais designadamente, no campo da antropologia. Devido à grande produção teórica não se encontrar no campo marxista, tem se promovido o debate sobre o tema da cultura sem relacioná-la à base material na qual é produzida e isto é feito com intenso apelo ao ponto de vista idealista e a-histórico. Conforme nos afirma Duarte (2010), essa prática corrobora o completo processo de banalização e esvaziamento do conceito de cultura.

Definir, portanto, o conceito de cultura a partir da perspectiva marxista, na atualidade, demanda um esforço no sentido de relacioná-lo com a história da humanidade, destarte, com a formação do ser social. E como nos afirma Lukács (1966), só é possível compreendermos corretamente a cultura se não a desvincularmos das relações de produção e reprodução da existência humana.

Destacamos, por conseguinte, que, neste texto, apoiando-nos em autores marxistas, buscaremos uma definição de cultura que leve em conta a relação ser humano e natureza, ou seja, levaremos em conta o trabalho como ação do ser humano que transforma o meio modificando-o e modificando-se e, com isso, produzindo cultura.

¹ Principalmente da UNESCO, quando trata da questão do respeito às diferenças e da diversidade cultural.

Pois, como Marx escreveu, o processo de desenvolvimento do ser humano é, de forma simultânea, um processo de humanização da natureza e de naturalização do gênero humano. (MARKUS, 1974).

Em que pese a importância da análise dos diversos significados do conceito de cultura, optou-se, neste trabalho, por outro caminho, o de procurar explicitar o que seja a cultura na perspectiva marxista.

1.2 A Produção da cultura e o processo de humanização

Inicialmente, para compreender na tradição marxista a definição de cultura, faz-se necessário analisar como o ser humano se “humaniza”, isto é, como ele forma a si mesmo no processo histórico.

Destacamos, desse modo, que as mediações e determinações entre a cultura e a luta de classes são decisivas como possibilidades de compreender o seu processo de produção material, do qual se desdobra a produção simbólica, em sua perspectiva histórica, determinado pelas relações que os seres humanos constroem no processo de produção de sua existência, e, a partir destas relações, podemos delinear o desenvolvimento cultural em sua materialidade. Definindo o que é o homem, Markus explica que

[...] o homem é antes de mais nada uma criatura material, natural, um elemento da natureza, que só é capaz de prover suas necessidades pela interação material com os objetos naturais, os objetos de suas necessidades e que, por outro lado, dispõe de um número finito de potencialidades, de capacidades naturais, inscritas em sua estrutura orgânica [...] o que diferencia o homem do animal deve ser procurado, em primeiro lugar, no que diferencia as atividades vitais de ambos. A atividade vital específica do homem é o trabalho, enquanto a atividade do animal se limita à aquisição direta e, em geral, ao simples consumo dos objetos que lhes são necessários (MARKUS, 1974, p.82).

Para Marx, é prioritária essa ação consciente dos homens sobre a natureza, transformando-a em função de suas necessidades, chamada de trabalho. Marx e Engels (2007, p.87), afirmam que se pode diferenciar o ser humano dos animais por vários fatores como a “consciência ou religião”, mas o ser humano efetivamente começa a se diferenciar dos outros animais, no momento em que inicia a produção de seus meios de vida, ato que se encontra dependente da sua “organização corporal.” Desse modo,

quando produz seus meios de vida, o ser humano está produzindo “indiretamente sua própria vida material.” Para Marx,

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o ser humano e a natureza, um processo em que o ser humano, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural, como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 2004, p.36).

Desse modo, o trabalho é o elemento fundante do ser humano, pois como explica Engels,

O trabalho é a fonte de toda riqueza, afirmam os economistas. Assim é, com efeito, ao lado da natureza, encarregada de fornecer materiais que ele converte em riqueza. O trabalho, porém é muitíssimo mais do que isso. É a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio ser humano (ENGELS, 2004, p.13).

Na teoria marxista, a formação do ser humano, enquanto um ser social, traz como princípio elementar a necessidade de se estar em condição de poder viver e sobreviver e, assim, fazer história.

Nessa perspectiva teórica, a produção e a reprodução da vida humana se colocam como problema central, destacando a intrínseca dupla determinação da base natural e a contínua transformação social dessa base, tendo o trabalho como categoria central. Segundo Markus,

Só o trabalho (e a língua, que toma forma paralelamente e exterioriza os resultados da “produção intelectual”), enquanto objetivação das forças “essenciais humanas” (faculdades e necessidades), pode criar – como Marx assinala de maneira precisa – a possibilidade da evolução humana continuada e contínua, isto é, a história tal como ela é (MARKUS, 1974, p.84).

Portanto, o trabalho é determinante nas relações do ser humano com a natureza e com os outros homens, condição básica e fundamental de toda a vida humana; o que pode ser constatado através das alterações e relações existentes entre o desenvolvimento

humano e o desenvolvimento das técnicas para a produção da vida (ENGELS, 2004). Além do mais, como nos afirma Markus,

O trabalho essa atividade visando a transformação do objeto e transmitida por um instrumento, rompe necessariamente a unidade biológica íntima do animal e de seu meio, a aliança animal entre a necessidade e o objeto, e cria, o conhecimento e a consciência humanas.[...] o trabalho humano uma vez desenvolvido, é certamente uma atividade programática e de realização, seu produto é sem dúvida a objetivação simultânea do funcionamento da mão e do cérebro, das aptidões corporais ou intelectuais (MARKUS, 1974, p. 86).

Compreendemos, portanto, que por meio da categoria “trabalho” entende-se a formação do ser social numa perspectiva histórica, pois a maneira pela qual o ser humano produz a sua existência, num certo período, condiciona as suas consecutivas alterações de ordem fisiológica e social, confirmando a prioridade da atividade vital do trabalho no processo de humanização. De acordo com as reflexões de Marx:

[...] Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao ser humano. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção de favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste, existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural o seu objetivo. [...] os elementos simples do processo de trabalho são a atividade orientada a um fim ou o trabalho mesmo, seu objeto e seus meios [...] O processo de trabalho [...] é a atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o ser humano e a natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto [...] comum a todas as suas formas sociais (MARX, 1983, p.149-150, 153).

É precisamente pela mediação do trabalho na relação do ser humano com a natureza, momento em que começa a produzir cultura diferenciando-se dos outros animais, que ocorre o processo de humanização², da formação do ser humano enquanto ser social, quando isso acontece o ser humano dá um salto ontológico. Leontiev (1978,

² Neste trabalho iremos tratar sobre hominização e humanização com a seguinte definição: hominização: o processo de evolução biológica que resulta na espécie humana. A humanização é resultado da cultura material e intelectual historicamente acumulada. (DUARTE, 1999).

p. 70) afirma que “o aparecimento e o desenvolvimento do trabalho, condição primeira e fundamental da existência do ser humano, acarretaram a transformação e a humanização do cérebro, dos órgãos de atividade externa e dos órgãos do sentido”.

Conforme Vieira Pinto assinala (1985, p.122), diferentemente do animal, no ser humano a capacidade de resposta à realidade aumentou em qualidade e intensidade, porque ao longo do processo de hominização, as alterações que ocorreram devido a sua “ideação reflexiva”, criaram novas ações sobre o ambiente, e por meio disso o ser humano exerceu atos originais, não realizados antes por sua espécie. Essas ações foram se acumulando na “consciência comunitária” numa forma de “hereditariedade social” dos saberes adquiridos, pois devido aos seus importantes resultados, foram guardados, acumulados e transmitidos. Nessa direção Vieira Pinto afirma que

A cultura é, por conseguinte, coetânea do processo de hominização, não tem data de nascimento definida nem forma distintiva inicial. A criação da cultura e a criação do ser humano são na verdade duas faces de um só processo, que passa de principalmente orgânico na primeira fase a principalmente social na segunda, sem, contudo em qualquer momento deixarem de estar presentes os dois aspectos e de se condicionarem reciprocamente (VIEIRA PINTO, 1985, p.122).

Podemos relacionar essa afirmação à descrição do *três estágios*, de formação do ser social, por meio do trabalho, descrito por Leontiev (1978, p.262). O primeiro estágio é o de *preparação biológica* tem início no final do *terciário* e continua no início do *quaternário*. O ser social atual neste período eram denominados de *australopitecos*, eram animais que tinham uma vida societária; tinham conhecimento da posição vertical e faziam uso de instrumentos rudimentares, é provável que possuíssem meios extremamente primitivos para realizar a comunicação entre o grupo. Neste estágio imperavam ainda as leis da biologia. O segundo estágio é composto por grandes e diversas etapas, é denominado por Leontiev de *passagem ao homem* que o define da seguinte maneira:

Vai desde o aparecimento do pitecantropo à época do homem de Neanderthal inclusive. Este estágio é marcado pelo início da fabricação de instrumentos e pelas primeiras formas, ainda embrionárias, de *trabalho* e de *sociedade*. A formação do homem estava ainda submetida, neste estágio, às leis biológicas, quer dizer que ela continuava a traduzir-se por alterações anatômicas, transmitidas de geração em geração pela hereditariedade. Mas ao mesmo tempo, elementos novos apareciam no seu desenvolvimento.

Começavam a produzir-se, sob a influência do desenvolvimento do trabalho e da comunicação pela linguagem que ele suscitava modificações da constituição anatômica do homem, do seu cérebro, dos seus órgãos dos sentidos, da sua mão e dos órgãos da linguagem; em resumo, o seu desenvolvimento biológico tornava-se dependente do desenvolvimento da produção. Mas a produção é desde o início um processo social que se desenvolve segundo as suas leis objetivas próprias, leis sócio-históricas. A biologia pôs-se, portanto, a “inscrever” na estrutura anatômica do homem a “história” nascente da sociedade humana. Assim se desenvolvia o homem, tornado sujeito do processo social de trabalho, sob a ação de duas espécies de leis: em primeiro lugar, as leis biológicas, em virtude das quais os seus órgãos se adaptaram às condições e às necessidades da produção; em segundo lugar, às leis sócio-históricas que regiam o desenvolvimento da própria produção e os fenômenos que ela engendra (LEONTIEV, 1978, p.262-263).

E por último, Leontiev (Idem, ibidem) cita o *terceiro estágio* que, segundo o autor, é o momento do surgimento do homem semelhante ao atual, ou seja, o *Homo sapiens*. Este estágio compõe a fase fundamental, *a viragem*. É o período em que a evolução do homem se liberta inteiramente da sua vinculação com as alterações biológicas decisivamente lentas, que se transmitem por hereditariedade. Deste modo, somente as leis sócio-históricas regem a evolução do ser humano.

Entendemos, portanto, que no processo de hominização, o ser humano começa a lidar com os primeiros instrumentos, com as formas rudimentares de trabalho na sociedade, porém a transmissão e a definição das modificações anatômicas eram garantidas predominantemente pela ação da hereditariedade.

Ou seja, o aparecimento do ser humano atual advém quando o mesmo já possui os atributos biológicos necessários para o seu desenvolvimento sócio- histórico ilimitado. Passa a existir então a cultura, um modo diferente de transmissão e apropriação das transformações e desenvolvimento da espécie, que como produto do trabalho, diferencia o ser humano dos outros animais. Leontiev (1978) explica que

Foi sob uma forma absolutamente particular, forma que só aparece com a sociedade humana: a dos fenômenos externos da *cultura material e intelectual*. Esta forma particular de fixação e de transmissão às gerações seguintes das aquisições da evolução deve o seu aparecimento ao fato, diferentemente dos animais, de os homens terem uma atividade criadora e produtiva. É antes de mais o caso da

atividade humana fundamental: *o trabalho*. (LEONTIEV, 1978, p. 265).

Leontiev (1978) expõe que pela atividade do trabalho os seres humanos não se restringem a adaptar-se à natureza, eles a modificam em função do aparecimento de suas novas necessidades e assim,

Criam os objetos que devem satisfazer as suas necessidades e igualmente os meios de produção desses objetos, dos instrumentos às máquinas mais complexas. Constroem habitações, produzem as suas roupas e outros bens materiais. Os progressos realizados na produção de bens materiais são acompanhados pelo desenvolvimento da cultura dos homens; o seu conhecimento do mundo circundante e deles mesmos enriquece-se, desenvolvem-se a ciência e a arte. (LEONTIEV, 1978, p.265).

Na sua relação criadora com a natureza, e agora já com a natureza modificada, o ser humano apropria-se das funções essenciais dos instrumentos que utiliza e, assim, desenvolve por meio da apropriação da cultura a formação de novas capacidades e novas funções intelectuais. De acordo com Markus,

[...] o processo histórico do trabalho é também o da criação e da acumulação de novas necessidades humanas. E isto porque a produção não é idêntica à satisfação, numa área sempre mais ampla e mediante objetos sempre renováveis, de necessidades biológicas estabelecidas, dadas, mas significa também, ao mesmo tempo uma produção de necessidades [...] por outro lado durante a produção, nascem necessidades totalmente novas e de origem social, necessidades que são ou individuais, ou sociais (MARKUS, 1974, p. 85).

Leontiev (1978) explica que o contato com os objetos e fenômenos criados pelo ser humano é importante, mas não suficiente para o atual estágio de desenvolvimento do gênero humano, pois seu contato com o mundo é mediatizado pela sua relação com os outros homens, por meio da comunicação (linguagem), “condição necessária e específica da vida do ser humano em sociedade” (LEONTIEV, 1978, p. 265-266). Desse modo,

Cada geração começa, portanto, a sua vida num mundo de objetos e de fenômenos criado pelas gerações precedentes. Ela apropria-se das riquezas deste mundo participando no trabalho, na produção e nas diversas formas de atividade social e desenvolvendo assim as aptidões especificamente humanas que se cristalizaram, encarnaram nesse

mundo. Com efeito, mesmo a aptidão para usar a linguagem articulada só se forma, em cada geração, pela aprendizagem da língua. O mesmo se passa com o desenvolvimento do pensamento ou da aquisição do saber. (LEONTIEV, 1978, p. 265-266).

Confrontando-se com adversidades naturais, o ser humano desenvolve, simultaneamente com a evolução da produção de bens materiais, uma cultura espiritual, seu conhecimento sobre o mundo que o rodeia e sobre ele mesmo (LEONTIEV, 1978). Desse modo, Markus afirma que (1974, p. 87) “O homem [...] é um “ente genérico”; quer dizer: social, histórico e coletivo. Esse seu modo de ser é diretamente dado pelo trabalho enquanto atividade vital especificamente humana”.

Assim, ao desenvolver-se enquanto ser social, o ser humano produz sua existência e respectivamente a cultura material e simbólica, transmitindo, destarte, os conhecimentos e conquistas humanas às próximas gerações. Como nos explica Vieira Pinto:

A cultura é, pois, o processo pelo qual o ser humano acumula as experiências que vai sendo capaz de realizar, discerne entre elas, fixa as de efeito favorável e, como resultado da ação exercida, converte em ideias as imagens e lembranças, a princípio coladas as realidades sensíveis, e depois generalizadas, deste contato inventivo com o mundo natural. O mundo da cultura [espiritual] destaca-se, assim, aos poucos do mundo material e começa a tomar contornos definidos no pensamento humano. [...] o importante está em compreender-se que a cultura é uma manifestação histórica do processo de hominização e por isso se desenvolve coetaneamente com este último [...] (VIEIRA PINTO, 1985, p.123). (Acréscimo meu entre colchetes)

Entendemos, portanto, que a apropriação dos rudimentos da cultura material e espiritual ocorre devido a sua relação com os outros homens e é por este movimento que o ser humano faz a aprendizagem de uma atividade apropriada, sendo, por conseguinte, um processo educativo, desse modo, podemos afirmar que a apropriação da cultura é sempre um processo coletivo. (LEONTIEV, 1978). De acordo com Markus:

Como resultado de uma primeira atividade de trabalho, o ambiente “natural” torna-se “civilizado”, ou seja, um ambiente no qual se objetivaram as necessidades e capacidades do ser humano. E tão somente porque o ser humano vive num mundo de que se tornou por esse modo num mundo humano, tão somente porque ao nascer já encontra objetivadas aquelas necessidades e capacidades que se manifestaram no passado, podendo assim dispor materialmente dos resultados de todo o desenvolvimento social que lhe antecedeu, tão

somente por isso torna-se possível que o processo de desenvolvimento não se veja obrigado a recomeçar sempre do início, mas possa partir do ponto em que se deteve a atividade das gerações anteriores. Apenas o trabalho, enquanto objetivação da essência humana configura de modo geral a possibilidade da história (MARKUS, 1974, p. 51-52).

Diante do exposto e de acordo com Leontiev (1978), o processo educativo (transmissão da cultura acumulada) é condição *sine qua non* para a continuidade da evolução humana,

Mas o ponto principal que deve ser bem sublinhado é que este processo deve *sempre* ocorrer sem o que a transmissão dos resultados do desenvolvimento sócio-histórico da humanidade nas gerações seguintes seria impossível, e impossível, conseqüentemente, a continuidade do progresso histórico [...] O movimento da história só é, portanto, possível com a transmissão, às novas gerações, das aquisições da cultura humana, isto é, com educação. (Idem, p. 272-273).

Podemos definir, dessa maneira, que a cultura é constituída pelo resultado da relação produtiva do ser humano sobre a natureza. Ou seja, tudo aquilo que não é natural e tem atividade humana condensada, é cultura. Desse modo, compreendemos que a cultura é indissociável do processo de produção. Conforme Vieira Pinto (1985), isso ocorre em dois sentidos: a) produção do ser humano por si mesmo, diante de sua ação sobre a natureza, para reproduzir e perpetuar a espécie que evolui cada vez mais e aumenta sua capacidade “ideativa”; b) produção dos meios de existência da vida dos sujeitos e de sua prole.

Partindo desta análise, compreendemos que o desenvolvimento da cultura está sempre apoiado numa base material da produção de bens, por meio da qual o ser humano se constitui espécie distinta, e organiza a sociedade como condição de sobrevivência. Portanto, a cultura é um produto da existência do ser humano, resultado de sua vida concreta na sociedade em que vive e das condições, principalmente sociais que o circunda.

É oportuno destacar que Vieira Pinto (1985) assinala que para compreendermos de forma coerente o que vem a ser cultura, é necessário um “objetivismo histórico”, que é o único caminho que nos conduz à compreensão da gênese do conceito, caso contrário, incidimos nos resultados do mesmo como: ideias abstratas, concepções de realidade, conhecimentos dos fenômenos e das criações artísticas, sem compreender as

relações de totalidade que os envolvem, ou seja, uma compreensão idealista de cultura, base de análise realizada das produções pós-modernas e relativistas contemporâneas.

Sintetizando, podemos afirmar as seguintes características da cultura numa perspectiva marxista: a) É resultado do trabalho, isto é, da ação do ser humano sobre a natureza e, portanto, primeiramente a cultura é material; b) Da cultura material se desdobram os elementos que compõem a cultura não material ou simbólica, como: a linguagem, as ideias e o conhecimento; c) o conhecimento, dessa forma, é uma parte da cultura, não podendo ser confundido como seu sinônimo; d) a apropriação da cultura é sempre um processo coletivo, ou seja, é necessária a existência de mediações para que a mesma seja transmitida e apropriada no processo de humanização.

Referências:

DUARTE, Newton & MARTINS, Ligia Márcia. **As contribuições de Aleksei Nikolaevich Leontiev para o entendimento da relação entre educação e cultura em tempos de relativismo pós-moderno.** Texto inédito, 2012.

DUARTE, Newton. **Por uma educação que supere a falsa escolha entre etnocentrismo e relativismo cultural.** In. DUARTE, Newton & DELLA FONTE, Sandra Soares. Arte, Conhecimento e paixão na formação humana. Autores Associados, Campinas, 2010.

DUARTE, Newton. **A individualidade para-si. Contribuição a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo.** 2 ed. Campinas, SP : Autores Associados, 1999.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura.** 2ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

ENGELS, F. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem.** In. ANTUNES, R. (org.) A dialética do trabalho. SP: Expressão popular, 2004.

FAUSTINO, Rozangela Célia. **Política educacional nos anos de 1990: o multiculturalismo e a interculturalidade na educação escolar indígena.** Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina em 2006. Florianópolis, SC.

LEONTIEV, A. N. **O desenvolvimento do psiquismo.** São Paulo: Moraes 1978.

LUKÁCS, G. Estética: **La peculiaridad de lo estético. Cuestiones preliminares y de princípio.** Barcelona: Grijalbo, 1966.

MARKUS, Gyorgy. Teoria do Conhecimento no jovem Marx. RJ: Paz e Terra, 1974.

MARX, Karl. **Processo de trabalho e processo de valorização.** In. ANTUNES, R. (org.) A dialética do trabalho. SP: Expressão popular, 2004.

MARX, Karl. & ENGELS Friedrich. A **Ideologia Alemã**. Boitempo Editorial, SP, 2007.

MARX, Karl. **O capital. Crítica da economia política**. SP: Abril Cultural, 1983, t. I, v. I

VIEIRA PINTO, Álvaro. **Teoria da Cultura**. In: *Ciência e existência: problemas filosóficos da pesquisa científica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.